

# A TEORIA DE VALÊNCIA APLICADA AO TRABALHO DE REVISÃO DE TEXTOS

Vânia Cristina Casseb GALVÃO<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo parte do pressuposto de que a concepção de linguagem que orienta o pensamento funcionalista da linguagem faz que ele seja a base para a pesquisa em diferentes domínios de atuação da ciência lingüística, e, conseqüentemente, que o conhecimento decorrente dessa atuação tenha aplicabilidade a diferentes atividades do cotidiano, que não à descrição e à análise lingüísticas. Mais especificamente, proponho aplicar postulados da teoria de valências, que tem o verbo como centro lógico-semântico da sentença, como recurso auxiliar no trabalho de revisão e de edição de texto. Foram selecionados trechos de revistas em fase pré-editorial e observados fenômenos como a quebra da hierarquia e da dependência entre os constituintes da sentença e a violação da valência semântica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Funcionalismo; teoria de valência; re-escritura de texto; quebra de hierarquia e de dependência.

## **Introdução**

O presente artigo parte do pressuposto de que a concepção de linguagem que orienta o pensamento funcionalista da linguagem faz que ele seja a base para a pesquisa em diferentes domínios de atuação da ciência lingüística, e, conseqüentemente, que o conhecimento decorrente dessa atuação tenha aplicabilidade a diferentes atividades do cotidiano, além da descrição e da análise lingüísticas. Mais especificamente, proponho aplicar postulados da teoria de valências, que tem o verbo como centro lógico-semântico da sentença, como recurso auxiliar no trabalho de revisão e de edição de texto. Para isso, apresento alguns princípios funcionalistas e sua abrangência para as mais diversas áreas do conhecimento lingüístico, em especial, para o trabalho de re-

---

<sup>1</sup> UFG – Faculdade de Letras. Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários. Campus Samambaia (Campus II), CEP 74001-970 - Goiânia/Goiás - Brasil - email. vcasseb2@terra.com.br

escritura de textos, apresentamos o *corpus* de análise, e trazemos alguns postulados da teoria de valência e a análise propriamente. As conclusões antecedem as referenciais bibliográficas.

### **Princípios funcionalistas**

A concepção de linguagem que orienta o pensamento funcionalista é a de que a língua se constitui na interação. A linguagem então é vista como um processo dinâmico e sócio-interacionalmente dependente. Sistema e uso são interdependentes. Assim, alguns postulados podem ser distintos dessa, dentre os quais destacamos os seguintes:

- O processo interativo atualiza movimentos de diferentes domínios de constituição lingüística.
- Os níveis sintático, semântico e pragmático estão integrados para satisfazer necessidades comunicativas e, por isso, as expressões lingüísticas produzem efeitos de sentidos específicos, dependendo das intenções comunicativas dos usuários da língua.
- Sendo assim, é válido afirmar que a expressão lingüística atualiza lingüisticamente representações de experiências com o mundo extralingüístico, representações conceptuais de estados de coisas passados no mundo.
- Logo, no pensamento funcionalista, a sintaxe está a serviço de intenções pragmáticas que realizam representações cognitivas, semânticas. Por isso, apesar de não se reconhecer um sistema estrutural autônomo, considera-se que o a gramática é cognitivamente motivada e, por isso, está sujeita a pressões internas e externas (Neves, 2006). Na arquitetura lingüística há forças que lutam a favor de regularidades estruturais e, por isso, o sistema não se mostra ou muda ao

sabor do uso. Normas de organização sistêmica orientam a atualização lingüística na fala e na escrita. O discurso é o espaço de harmonia entre as forças sociais e as forças lingüísticas que estão na base da organização textual.

Esses postulados apontam para um amplo campo de aplicabilidade, a saber:

- o estudo de universais lingüísticos: o interesse por princípios comuns aos sistemas lingüísticos;
- a descrição e a análise de línguas naturais: o interesse por organizações sistêmicas individuais e por fenômenos idiossincráticos;
- o ensino e a aprendizagem de L1: a busca pela definição de materiais e métodos e pelo processo de desenvolvimento de competências lingüísticas;
- o ensino e a aprendizagem de L2: a propositura de materiais, métodos e de parâmetros de aferição de grau de proficiência lingüística;
- a aquisição de linguagem: o reconhecimento de nível de aquisição, o que implica a distinção de graus de desenvolvimento cognitivo;
- a aquisição de escrita: a definição de parâmetros para o desenvolvimento de competências comunicativas na modalidade padrão da língua;
- as traduções: o tratamento de representações de experiências lingüístico-cognitivas ativadas em situação de interação social e em universo sócio-cultural não-nativos;
- as edições, revisões e as re-escrituras de textos, dentro ou fora do ambiente escolar: a busca pela excelência comunicativa, pela produção textual sem “travas” ao processo de produção de sentidos.

É na revisão e na edição de textos que centro minha atenção nesta oportunidade, a partir da análise *corpus* constituído por textos do discurso religioso, artigos de

divulgação doutrinária, produzidos para serem publicados em revista de grande circulação entre os membros de uma comunidade evangélica de reconhecimento nacional, que não identifique por razões éticas. A idéia é que as reflexões feitas aqui também se apliquem à revisão de textos no ambiente escolar.

O propósito é mostrar que princípios funcionalistas são altamente produtivos para o trabalho de revisão de textos. Compreender o processo de articulação dos constituintes na organização textual e oracional é fundamental para a recuperação e a produção dos sentidos pretendidos. Por isso, o objetivo é mostrar que a desconsideração de regras internas de constituição lingüísticas na elaboração de textos pode gerar efeitos de sentidos indesejáveis ou causar travas ao processo comunicativo-discursivo.

A organização lingüística é orientada pelo macro-princípio de funcionalidade lingüística, segundo o qual, os níveis sintático, semântico e pragmático estão integrados para satisfazer necessidades comunicativas e, por isso, para produzir efeitos de sentidos específicos. Um dos fenômenos que tornam esse princípio visível diz respeito à organização predicativa valencial, ou seja, à capacidade que o verbo tem de abrir casas a sua volta para serem preenchidas no processo de constituição oracional, fenômeno estudado sob o rótulo “Teoria de valência”.

A respeito das atribuições da Teoria de valência, Araripe (1997, s/n) diz que

cabe à teoria da valência definir a noção de valência, situá-la, mostrando as inter-relações existentes, relativamente aos componentes da gramática e às diversas dimensões da linguagem, e elaborar modelos para descrições lexicais e dicionários de valências (cf. WELKE, 1988; BUßMANN, 1990 e HELBIG, 1992).

Entendo que a aplicabilidade da teoria de valência não se esgota nas tarefas enumeradas acima, mas, especialmente pelo fato de mostrar as inter-relações entre os

componentes da gramática e as diversas dimensões da linguagem, amplio seu campo de atuação para o plano da produção textual e a aciono como ferramenta metodológica auxiliar no trabalho de revisão de textos.

### **A teoria de valência**

A partir do que venho apresentando, cabe fazer algumas considerações a respeito da teoria de valência, sua origem, seu desenvolvimento e princípios inerentes. Para isso, recorrerei ao trabalho de Dik (1989, 1997), Araripe (1997), Neves (2002, 2005), entre outros.

A noção do verbo como elemento central na organização sentencial, que fundamenta a Teoria de valência, é de base filosófica estoíca. Neves (2005, p. 86) diz que a filosofia estoíca é tripartida em física, moral e lógica, mas é a lógica que serve para fazer ver tudo. O lugar da linguagem seria o centro da lógica, pois, “saber é ter idéias conformes às coisas reais da natureza, às quais essas idéias devem corresponder; a realidade que pode ser pensada, entretanto, é unicamente a que pode ser expressa pelo discurso”.

É no discurso que o pensamento é concebido. O objeto da lógica é o que é dito, o conteúdo do ato material de dizer, o significado objetivo. Por essa razão, o objeto do pensamento discursivo são os eventos, os fatos e a relação entre eles (NEVES, 2005, p. 86). Trata-se de uma lógica de enunciados, de predicados e, nessa concepção, o predicado é uno, indivisível.

Logo, a noção de predicado que subjaz à teoria de valência não condiz com aquela amplamente divulgada pela Gramática tradicional, de base sofista, sustentada na

divisão da frase em sujeito (*hypokeímenon*, suporte, de quem se fala) e predicado (**rhêma**, predicação, comentário) (NEVES, 2002, p. 103).

A teoria de valência sustenta ser o predicado a matriz lógico-semântica da oração. O preenchimento de lacunas abertas pelo predicado no processo de escolha lexical para compor a oração obedece a restrições semânticas e se faz segundo intenções pragmáticas relevantes para determinada situação comunicativa. Por isso, a escolha de um ou de outro verbo para representar uma experiência cognitiva quaisquer vai ocasionar diferentes configurações valenciais pragmaticamente relevantes para cada ato enunciativo. Mas essa teoria não surgiu assim, considerando a interação entre os domínios lingüísticos.

Neves (2002, p. 104-111) aponta Tesnière (1959), Helbig (1971a, 1971b) e Engel (1969) como principais colaboradores para o desenvolvimento da teoria de valência. Suas contribuições podem ser resumidas, respectivamente, em: i. a postulação da centralidade do verbo, ou seja, o reconhecimento do verbo como o nó central que organiza a frase, vista como um conjunto de conexões configuradas em termos de dependência e hierarquia. O reconhecimento de que o verbo rege elementos actantes (argumentos obrigatórios) e elementos circunstantes (que descreve circunstâncias do processo); ii. a definição de valência como a relação abstrata do verbo com os termos que dele dependem e os pressupostos para a descrição da valência: a centralidade do verbo na estrutura da frase; o preenchimento de lugares vazios por necessidade comunicativa, semântica ou sintática; a determinação do elementos necessários e que culmina com a classificação dos actantes em obrigatórios, facultativos e elementos livres. Helbig também contribui com as noções de valência quantitativa (número obrigatório e facultativo de actantes), valência qualitativa, relativa ao contexto sintático (nominativo, acusativo etc) e às restrições semânticas envolvendo traços dos

argumentos ([hum], [anim] etc), e, iii. A noção de que as conexões entre os elementos se dão por dois princípios, a constituência (da parte com o todo, dos constituintes com a oração) e a concomitância (entre cada complemento e o verbo); a proposta de que a necessidade de um complemento é definida por fatores comunicativo-pragmáticos e não puramente gramaticais; as noções de valência de expressão (morfofossintática) e valência de conteúdo (semântica).

Um modelo funcionalista que se coaduna à teoria de valência é o de Dik (1989, 1997). Sua noção de predicado vai ao encontro da filosofia estoíca, pois, para Dik (1989), a estrutura fundamental da predicação nuclear é determinada pelas possibilidades combinatórias do predicado, conforme definido no esquema do predicado (*predicator frame*). Predicados podem ser básicos ou derivados. Predicados básicos estão contidos no léxico e predicados derivados são produzidos através de regras de formação de predicados (outros recursos, não lexicais, determinam a semântica do predicado, como a entonação).

Quando um predicado é básico, significa que o falante deve aprendê-lo e conhecê-lo na de tal modo que seja capaz de usá-lo corretamente. Isso não significa que o predicado não tenha uma estrutura semântica interna. Na verdade, a maioria dos significados de predicados básicos é tal que ele pode ser analisado em termos de combinações de significados de predicados semanticamente mais simples. São predicados básicos *morrer*, *matar*, *assassinar*, pois que não há regras por meios das quais eles possam ser formados em português. Esses predicados, portanto, pertencem ao léxico do português. Seus significados, contudo, são estruturados no sentido de que eles podem ser analisados em termos de predicados mais elementares.

Quanto às propriedades semânticas de predicados e das relações semânticas que eles estabelecem, cada esquema de predicado no léxico tem um número de significados

postulados (meaning postulates). Significados postulados especificam que combinações predicativas são requeridas por um determinado esquema de predicado. Em certos casos os significados postulados associados com o esquema de predicados adicionam uma maior especificação a esse significado, que pode ser lido de ambas as maneiras. Nesse caso os postulados significados combinados providenciam uma definição significativa para o predicado em questão, como por exemplo, *Eu comi hoje*, *Eu comi banana hoje*.

Segundo Dik (1989), o formato geral do esquema de predicados pode ser ilustrado com o esquema do predicado do verbo *dar*:

(2) dar<sub>v</sub> (x<sub>1</sub>: <anim>(x<sub>1</sub>))<sub>Ag</sub> (x<sub>2</sub>)<sub>Go</sub> (x<sub>3</sub>: <anim>(x<sub>3</sub>))<sub>Rec</sub>

As variáveis x<sub>1</sub> x<sub>2</sub> x<sub>3</sub> representam os argumentos exigidos pelo predicado (sintaticamente representados por sintagmas – nominais (SN), preposicionais (SP) etc) e fora e em subscrito estão as funções semânticas que eles desempenham (agente, meta, receptor), e <animado> representa o traço semântico que os identifica. Esse esquema vai ao encontro do que Araripe (1997) diz que a respeito de valência,

*“o termo valência designa, ao mesmo tempo, (a) uma relação entre um elemento P (denominado portador de valência) e um conjunto de n elementos w, (b) o conjunto de n elementos w que se relacionam por valência com P, (c) o número de elementos w ou, ainda, (d) cada elemento w”.*

Segundo o autor, a relação de valência perpassa os diferentes níveis de constituição lingüística. Portanto, há de se reconhecer, pelo menos, uma valência lógica ou lógico-semântica, uma valência sintática e uma valência pragmática.

Nos termos de Neves (2002), os tipos de valência podem ser assim distintos:

- i. **valência sintática:** relativa à quantidade e à função dos argumentos, sugerida no nível do predicado;

- ii. **valência semântica:** envolve a *aktionsart* do verbo, diz respeito ao papel semântico dos argumentos (actantes) e.

O nível de determinação da valência sintática e da valência semântica é a predicação.

- **Pragmática:**
- A determinação valencial é operada pela situação comunicativa. A perspectivização de estados de coisas depende da satisfação de necessidades e das intenções comunicativas dos usuários da língua.

O nível de determinação da valência pragmática é o nível do ato comunicativo, o nível ilocucionário.

## A análise

Para a análise dos dados, considere aspectos gerais da organização oracional, da hierárquica interna, a relação de dependência entre os constituintes da sentença e a atribuição das valências sintática, semântica e pragmática. Mostro que a desobediência às normas de organização valencial leva a rupturas no processo de produção de sentido dos textos. Para isso, analisei três ocorrências verificadas no *corpus*. Os fenômenos observados foram os seguintes:

- a) Quebra na hierarquia da organização valencial entre os constituintes:

1. *A Bíblia que reconheceu e usou Jesus é a que nós aceitamos como o Antigo Testamento, a primeira das duas divisões principais em que estão divididas as sagradas escrituras.*

A estrutura argumental básica dos predicados *reconhecer* e *usar* nesse contexto tem a seguinte configuração: **reconhecer v SN1 SN2; usar v SN1 SN2.**

Ambos são predicados bi-valenciais, que abrem casa a sua volta para serem preenchidas por um argumento externo, experienciador, com traço [+ animado], o que não se observa em *Bíblia*, e um argumento interno, *objeto experienciado*, que, no caso, foi preenchido por *Jesus*.

O deslocamento do referente que ocupa a 1ª casa argumental para a posição prototípica de complemento prejudica o entendimento, provocando uma leitura ambígua, qual seja, a de que a *Bíblia reconheceu e usou Jesus* e não a pretendida no texto que é *a Bíblia que Jesus reconheceu e usou*. A pós-posição do experienciador não é produtiva informativamente, pois a escolha não obedece às restrições semânticas impostas pelos predicados. Por isso, a mudança na ordem gera ambigüidade, no plano sintático, e incoerência, no plano textual-discursivo.

O nível pragmático atualiza a linguagem, mas está sujeito a restrições sintático-semânticas. E isso é comprovado pelos equívocos na apresentação da perspectiva. A perspectiva diz respeito ao ponto de vista em que o estado de coisas ocorrido no mundo extralingüístico é representado linguisticamente. Quanto aos actantes, de maneira geral, os estado de coisas podem ser apresentados na perspectiva do agente ou na do paciente, ou, no caso, na perspectiva do experienciador ou na do objeto experienciado, o que leva à ocupação da primeira posição na sentença e à definição da função de tópico. Mas há de se considerar que a mudança na perspectiva altera sentidos, pois é restringida pelos traços semânticos dos argumentos exigidos pelo predicado.

b) Quebra na relação de dependência do argumento em relação ao verbo e violação de informações de regência

2. *Podemos descobrir nas palavras do profeta dirigidas a Davi, este princípio espiritual que inspira entre os filhos de Deus.*

No contexto, o verbo *encontrar* assume o sentido de *entender, ler, compreender*. Trata-se de verbo de processo, com primeiro argumento exercido por um experienciador, que tem como complementos um nome concreto, não-animado e uma oração. **Descobrir v SN1 SPrep<sub>2</sub> S<sub>3</sub>**.

No enunciado em (2), a vírgula separa o argumento 2 do argumento 3, causando quebra na progressão textual, pois a estrutura predicativa básica foi rompida.

Na oração que funciona como complemento de *descobrir* há violação de regras de regência. A estrutura argumental do predicado oracional é **inspirar v SN1 SN2**.

No contexto, o verbo *inspirar* indica processo, com sujeito agente/causativo e com complemento expresso por nome humano, significa *motivar, desperta inspiração*. Portanto, o argumento 2 é um objeto direto e não indireto, o verbo não seleciona um objeto locativo ou espacial, o que seria representado por uma sintagma preposicional. Portanto, o uso de *entre* viola as restrições seletivas impostas pelo predicado. E, mais uma vez, essa violação gera estranhamento ao leitor que, a fim de reconhecer coerência no texto, tenta atribuir um novo significado ao predicado *inspirar*.

c) Violação da valência semântica

3. *Em Deuteronômio 33 está a última bênção que Moises impetrou ao povo de Israel.*

A estrutura argumental do predicado em evidência é **impetrar v SN1 SN2**. O uso mais recorrente desse verbo indica ação, com sujeito agente e dois complementos, um

expresso por nome designativo de medida legal e outro apagável, receptivo, na forma *contra* + nome humano, significando *requerer uma medida legal contra alguém*. Outro uso, registrado por Borba (1997), significa *solicitar, rogar, pedir, suplicar*, o que exige um agente e dois complementos, um expresso por nome abstrato e outro na forma *a/para* + nome humano. No entanto, o contexto situacional repele uma dessas interpretações, haja vista que Moisés deu, ministrou a bênção ao povo de Israel e, não, como se poderia depreender do enunciado transcrito em (2), pediu a Deus que abençoasse o povo.

Um exemplo de representação feliz desse acontecimento no mundo, desse estado de coisas envolvendo Moisés e o povo de Israel, pode se dar com o uso de um verbo do tipo suporte ou verbalizador (*dar a bênção*), ou ainda, optando-se por manter a organização sintagmática original, usar o predicado *dirigir*. O nome *bênção* tem forte carga predicativa e a oração poderia ter construída a partir dele sem que se alterasse seu valor informativo. A escolha por *impetrar* revelou-se inadequada para descrever o evento pretendido, foi informativamente pouco produtiva.

Conforme dito anteriormente, o uso mais recorrente de *impetrar* é com o sentido de requerer, há um aspecto coercivo na sua constituição conceitual. *Bênção* é deliberada, é favor, graça imerecida.

Logo, o uso de *impetrar* no contexto em evidência não recupera linguisticamente a experiência do mundo extralingüístico que o usuário da língua pretende representar. A escolha por *impetrar* pode estar correlacionada ao traço deliberativo que há em *impetrar*, mas o *objeto impetrado, bênção*, afasta qualquer aproximação com *coerção*, inerente à ação de *impetrar*, que pressupõe a provocação de um direito. Ou ainda, o papel social exercido pelo agente, líder daquele povo, também afasta a leitura de *impetrar* no sentido de *pedir* ou *rogar*.

## Conclusões

O reconhecimento do verbo como matriz lógico-semântica da sentença e a obediência a esse princípio é importante recurso auxiliar no trabalho de escritura e de re-escritura de textos em geral.

A teoria de valências apresenta as bases organizacionais (sintáticas e semânticas) da oração, atualizadas via perspectivização, no componente pragmático. Ou seja, a noção de valência mostra que, apesar de o nível pragmático atualizar as intenções comunicativas dos usuários da língua, o sistema tem restrições e se impõe, interferindo na atualização dos atos de fala.

Num plano mais geral, conclui-se que princípios funcionalistas têm aplicabilidade múltipla, não se restringindo à descrição e à análise de línguas naturais.

E ainda, que qualquer trabalho orientado por uma concepção sócio-cognitivo-interacionista da linguagem reconhece a diversidade na realização da linguagem, a funcionalidade das expressões lingüísticas e o fato de que a língua está a serviço das intenções comunicativas dos usuários, e ainda, que é imprescindível considerar a organização do sistema lingüístico a partir de princípios lógicos, cognitivos e culturais.

## Referencias bibliográficas

- ARARIPE, L. F. A. *Significado, valência semântica e sintática de um grupo de verbos de mudança de posse do português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Lingüística e Ensino de Língua Portuguesa. Universidade Federal do Ceará, 1997.
- BORBA, F. da S. (Coord). *Dicionário gramatical de verbos*. São Paulo: UNESP, 2001.
- DIK, S. C. *The theory of Functional Grammar - Part 1, 2: Complex and derived constructions*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.
- \_\_\_\_\_. *The theory of Functional Grammar*. Dordrecht: Foris Publications, 1989.
- NEVES, M. H. M. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

\_\_\_\_\_. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.